



**Ensino de Psicologia no
Nível Médio: impasses e
alternativas**

CADERNOS TEMÁTICOS CRP SP

9

Ensino de Psicologia no Nível Médio: impasses e alternativas

CADERNOS TEMÁTICOS CRP SP



Conselho Regional
de Psicologia SP

Diretoria

Presidente | Andréia De Conto Garbin

Vice-presidente | Maria Cristina Barros Maciel Pellini

Secretária | Carmem Sílvia Rotondano Taverna

Tesoureira | Lúcia Fonseca de Toledo

Conselheiros efetivos

Andréia De Conto Garbin, Carla Biancha Angelucci, Carmem Sílvia Rotondano Taverna, Elda Varanda

Dunley Guedes Machado, José Roberto Heloani,

Lúcia Fonseca de Toledo, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria de Fátima Nassif, Maria Ermínia

Ciliberti, Maria Izabel do Nascimento Marques, Mariângela

Aoki, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza, Sandra Elena Sposito e Vera Lúcia

Fasanella Pompílio.

Conselheiros suplentes

Adriana Eiko Matsumoto, Beatriz Belluzzo Brando Cunha, Fábio Silvestre da Silva, Fernanda Bastos

Lavarello, Leandro Gabarra, Leonardo Lopes da Silva, Lilihan Martins da Silva, Luciana Mattos, Luiz

Tadeu Pessutto, Lumena Celi Teixeira, Maria de Lima Salum e Moraes, Oliver Zancul Prado, Sílvia

Maria do Nascimento e Sueli Ferreira Schiavo.

Gerente geral

Diógenes Pepe

Organização do Caderno

Beatriz Belluzzo Brando Cunha e Leonardo Lopes da Silva

Revisão

Adolfo Barros Benevenuto e Ligia Bovolenta

Projetográfico e Editoração

FonteDesign | www.fontedesign.com.br

Ficha catalográfica

C744d

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (org).

Ensino de Psicologia no Nível Médio: impasses e alternativas / Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – São Paulo: CRPSP, 2010.

28f.; 25cm, il.; fig.; (Caderno Temático 9).

Bibliografia

ISBN: 978-85-60405-14-5

1. Ensino de Psicologia
2. Psicologia Nível Médio
3. Psicologia Educacional
4. Impasses e Alternativas I.Título

CDD 370.015

Cadernos Temáticos do CRP SP

A XII Plenária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo incluiu, entre as suas ações permanentes de gestão, a continuidade da publicação da série CADERNOS TEMÁTICOS do CRP SP, visando registrar e divulgar os debates realizados no Conselho em diversos campos de atuação da Psicologia.

Essa iniciativa atende a diversos objetivos. O primeiro deles é concretizar um dos princípios que orienta as ações do CRP SP – o de produzir referências para o exercício profissional dos psicólogos; o segundo é o de identificar áreas que merecem atenção prioritária, em função da relevância social das questões que elas apontam e/ou da necessidade de consolidar práticas inovadoras e/ou reconhecer práticas tradicionais da Psicologia; o terceiro é o de, efetivamente, dar voz à categoria, para que apresente suas posições e questões, e reflita sobre elas, na direção da construção coletiva de um projeto para a Psicologia que garanta o reconhecimento social de sua importância como ciência e profissão.

Os três objetivos articulam-se e os Cadernos Temáticos apresentam os resultados de diferentes iniciativas realizadas pelo CRP SP que permitem contar com a experiência de pesquisadores e especialistas da Psicologia e de áreas afins para debater questões sobre as atuações da Psicologia, as existentes e as possíveis ou necessárias, relativamente a áreas ou temáticas diversas, apontando algumas diretrizes, respostas e desafios que impõem a necessidade de investigações e ações, trocas e reflexões contínuas.

A publicação dos Cadernos Temáticos é, nesse sentido, um convite à continuidade dos debates. Sua distribuição é dirigida aos psicólogos e aos parceiros diretamente envolvidos com cada temática, criando uma oportunidade para que provoque, em diferentes lugares e de diversas maneiras, uma discussão profícua sobre a prática profissional dos psicólogos.

Este é o nono caderno da série e seu tema é “Ensino de Psicologia no Nível Médio: impasses e alternativas”. O primeiro caderno tratou da Psicologia em relação ao preconceito racial, o segundo refletiu sobre o profissional frente a situações tortura. O terceiro caderno, “A Psicologia promovendo o ECA”, discutiu o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. O quarto número teve como tema a inserção da Psicologia na Saúde Suplementar. O quinto número referiu-se à “Cidadania Ativa na Prática: contribuições da Psicologia e da animação socio-cultural”. O sexto caderno abordou “Psicologia e Educação: contribuições para a atuação profissional”. O sétimo caderno teve por tema os núcleos de apoio à saúde da família. O oitavo seguiu a temática “Dislexia: subsídios para políticas públicas”. A este, seguir-se-ão outros debates que trarão, para o espaço coletivo de reflexão, crítica e proposição que o CRP SP se dispõe a representar, temas relevantes para a Psicologia e a sociedade.

Nossa proposta é a de que este material seja divulgado e discutido amplamente e que as questões decorrentes desse processo sejam colocadas em debate permanente, para o qual convidamos os psicólogos.

Diretoria do CRP SP

Gestão 2007-2010

Sumário

Apresentação Comissão de Psicologia e Educação do CRP SP	7
Psicologia no Ensino Médio: reflexões em torno da formação Ângela Soligo	9
Histórico sobre a formação do professor de Psicologia José Roberto Guido	13
Relações de trabalho do professor de Psicologia Fernanda Magano	15
Política Educacional e Psicologia Marilene Proença	17
Intervenções: plateia e internet	22
Finalizando... Beatriz Belluzzo Brando Cunha	27

Apresentação

Este caderno temático, o 9º da série, tem como tema “Ensino de Psicologia no Nível Médio: impasses e alternativas”. Traz o registro de um evento preparatório ao VII Congresso Nacional de Psicologia, tendo, portanto, o objetivo de preparar teses e propostas no âmbito do ensino de Psicologia no nível médio para o mais importante evento da Psicologia brasileira.

Este não é um tema novo dentro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Ao contrário, temos trabalhado com ele em muitas ocasiões, algumas delas ainda na década de 1980 e com diversas parcerias, como a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP e o SinPsi – Sindicato de Psicólogos do Estado de São Paulo. Para este evento, convidamos quatro palestrantes, que, por sua experiência e envolvimento com o tema, deram importante contribuição ao debate.

Devido à importância e ao alcance que este tema tem entre os profissionais da Psicologia, o encontro foi realizado com transmissão on-line, o que permitiu a interação de psicólogos com os palestrantes, principalmente em pólos localizados em várias regiões do estado de São Paulo: Assis, Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, Santos e Santo André, São José do Rio Preto e Taubaté, além de dois pólos na capital: na sede do CRP e na Zona Leste: tivemos aproximadamente 500 acessos on-line e cerca de 60 perguntas durante a transmissão.

O debate aqui apresentado perfaz diversas facetas que o ensino de Psicologia no nível médio tem apresentado no estado de São Paulo, muitas vezes refletindo um panorama que se repete em outras regiões do país: a questão da formação dos adolescentes e as contribuições que a Psicologia pode oferecer; as problemáticas envolvidas no fazer do professor de Psicologia: como ensinar e o que ensinar; as diversas mudanças nas políticas públicas em educação e seu reflexo no ensino e sobretudo no ensino de Psicologia; o papel do professor de Psicologia enquanto educador e enquanto trabalhador.

Diante de tudo isso, este Caderno apresenta, não soluções acabadas, um espaço para indagações qualificadas, sem deixar de apontar alguns caminhos, e, sobretudo conclama a discussões imprescindíveis neste campo, levando à reflexão professores e estudantes de psicologia, educadores e alunos, gestores públicos da educação e legisladores.

Comissão de Psicologia e Educação do CRP SP

Psicologia no Ensino Médio: reflexões em torno da formação

Ângela Soligo

Representante da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP

Vocês vão ouvir aqui um tom crítico. A mim coube analisar a questão da Formação do Professor de Psicologia e não é possível fazer essa análise sem indicar, sem analisar os entraves, os atropelos no nosso processo de formação. Gostaria, no entanto, de pontuar que esse tom crítico é um tom autocrítico.

Estes caminhos que temos trilhado são os caminhos que nós temos construído, e somos todos, em certa medida, responsáveis por eles. Por isso é tão importante refletirmos sobre eles e pensarmos em alternativas, buscando conquistar um espaço para a Psicologia no Ensino Médio.

Para contextualizar a discussão sobre a formação, vou retomar rapidamente a questão “Que Psicologia é essa?”. Essa é uma questão que nos fazemos com frequência quando falamos de Psicologia para o Ensino Médio. Se nós olharmos historicamente, veremos que no final do século XIX e início do século XX, a Psicologia chega ao Brasil vinculada à Educação em uma perspectiva normativa, indicando os parâmetros de desenvolvimento, de aprendizagem. Entra como ferramenta de solução de problemas da escola.

Com relação a essa forma de fazer Psicologia no campo da Educação, nós recebemos muitas críticas vindas do interior da escola, dos estudiosos da Educação e de nós mesmos, da Psicologia em construção. Ao longo dos anos e como fruto das nossas atuações, reflexões e críticas, fomos transformando nossos olhares e perspectivas de atuação.

Nos tempos atuais, quando nós falamos do sujeito psicológico, falamos do sujeito histórico, de um sujeito que se constrói inserido em um contexto social, cultural, político. Falamos de uma Psicologia da compreensão, da atenção às diferenças, da escola como espaço das relações; não da escola em que recortamos o sujeito para entendê-lo, mas da escola em que o sujeito se insere no campo do currículo, do sistema e de todas as dinâmicas sociais que envolvem a caracterizam.

Quando eu falo, portanto, da Psicologia no Ensino Médio, é nessa Psicologia que estou pensando.

Fazendo agora um rápido resgate histórico do ensino da Psicologia no Ensino Médio no Brasil, veremos que nós não falamos de uma novidade.

Falamos de uma Psicologia da compreensão, da atenção às diferenças, da escola como espaço das relações

Desde 1850, com a criação do Colégio Pedro II, a Psicologia passou a figurar como conteúdo de formação dos jovens. Em 1890, ela começa a compor o currículo das Escolas Normais, das escolas de formação de professor de Nível Médio, espaço de formação em que se mantém até hoje.

No Ensino Médio Regular, ela foi conteúdo obrigatório a partir da Reforma Capanema de 1942. Em 1961, tornou-se conteúdo optativo, mantendo-se assim presente como possibilidade de formação da juventude. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971, conhecida como a LDB da Ditadura, a Psicologia é retirada das diretrizes de formação da juventude, assim como a Filosofia e a Sociologia. O campo das Ciências Humanas fica reduzido a História e Geografia e a um conjunto disciplinar conhecido como Organização Social e Política do Brasil.

Mais de 20 anos depois, promulga-se a LDB de 1996. Mas por que demorou tanto tempo? De 1971 aos anos 80, tivemos um longo processo de ditadura e, a partir de meados dos anos 80, houve um processo de retomada do estado democrático. Uma das consequências dessa retomada foi a Constituição de 1988 e posteriormente a LDB de 1996.

Com a LDB de 96, as Humanidades voltam para a formação do jovem no Ensino Médio; a Filosofia e a Sociologia retornam como disciplinas. A Psicologia não aparece como disciplina, mas como conteúdo transversal, nos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio, e assim continua.

No Estado de São Paulo, nós tivemos, a partir dos anos 80, três momentos importantes: em 1986, com a inclusão da Psicologia nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio do Estado de São Paulo, como disciplina obrigatória, que

Em 1986, com a inclusão da Psicologia nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio do Estado de São Paulo, como disciplina obrigatória, que envolveu debates e trabalho conjunto envolvendo a CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo), o CRP e o Sindicato dos Psicólogos e resultou na produção de conteúdos que até hoje são referência para o ensino de Psicologia no nível médio.

envolveu debates e trabalho conjunto envolvendo a CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo), o CRP e o Sindicato dos Psicólogos e resultou na produção de conteúdos que até hoje são referência para o ensino de Psicologia no nível médio. Foi um período bastante fértil aqui em São Paulo, com vários concursos para professores de Psicologia.

No entanto, nos anos 90, a Psicologia passa a constar como disciplina eletiva, núcleo diversificado. Há iniciativas, nesse momento, de reinserção como disciplina obrigatória, novamente envolvendo as entidades da Psicologia e a CENP, mas isso não chega a acontecer. Nos anos 2000, há nova tentativa de reinserção da Psicologia como disciplina obrigatória, e o que acontece? Novas discussões, mobilização das entidades, porém em 2007 a Psicologia é totalmente retirada da formação dos jovens do Ensino Médio no Estado de São Paulo; não tendo sequer espaço no núcleo diversificado

Atualmente, Sociologia e Filosofia integram as disciplinas obrigatórias do Ensino Médio em todo o País, e a Psicologia não. O Ensino Médio regular mantém o formato disciplinar, embora haja uma série de questionamentos sobre esse formato. A Psicologia consta nas Orientações Curriculares Nacionais e se mantém como disciplina obrigatória em cursos técnicos e profissionalizantes. Ou seja, ela está em Nível Médio, nos cursos profissionalizantes e técnicos.

O MEC (Ministério da Educação) lança um programa piloto denominado Ensino Médio Inovador, com formato in-

terdisciplinar, que avança em relação ao modelo disciplinar, e faz um convite à ABEP para participar dessa discussão.

Mas, enfim, por que temos trabalhado na direção de inserir a Psicologia no Nível Médio? Porque os objetivos hoje colocados para o Nível Médio pressupõem a formação de um cidadão crítico, transformador, consciente do seu contexto, dos seus direitos, das suas possibilidades.

Nos parâmetros curriculares, faz-se menção a dois processos importantes: a desnaturalização e o estranhamento, ou seja, formar um cidadão que seja capaz de se fazer perguntas, de questionar, de pensar sobre a situação atual, de não ver as representações de mundo contemporâneas como naturais, como imutáveis.

Nesta direção, nós acreditamos que as Ciências Humanas, de um modo geral, e a Psicologia, de um modo específico, têm muito a contribuir. A Psicologia, na medida em que busca compreender as subjetividades na perspectiva da cultura, da sociedade, tem desenvolvido conteúdos, conhecimentos e estratégias de ensino que vão contribuir com esta formação.

Mas, e por que como disciplina? Essa é uma questão que nos colocam sempre: “Mas por que vocês estão falando de disciplina se hoje já se fala em interdisciplinaridade?”. Bem, apesar os esforços e discursos, o Ensino Médio continua disciplinar, e nesta perspectiva o que nós ponderamos é: como trabalhar os conteúdos da Psicologia na ausência de um sujeito, um profissional que estudou a Psicologia e que possa trabalhar em uma perspectiva de conhecimento, da pesquisa, e não do senso comum?

Não adianta figurarmos como conteúdo transversal porque neste lugar não vemos trabalhada a Psicologia, mas vemos trabalhadas as representações do que é o Psicológico a partir da experiência pessoal dos professores, portanto, a partir do senso comum.

Entrando agora na questão da formação, retomo os modelos de formação do professor de Psicologia, os modelos de licenciaturas que foram aparecendo no País desde a primeira proposta, desde a primeira formulação, tentando identificar que professor é esse e em que situação encontra-se agora.

Por que temos trabalhado na direção de inserir a Psicologia no Nível Médio? Porque os objetivos hoje colocados para o Nível Médio pressupõem a formação de um cidadão crítico, transformador, consciente do seu contexto, dos seus direitos, das suas possibilidades.

A primeira proposta surgiu em 1952, no Ministério de Educação e Saúde, e nessa proposta já se evidencia a Educação como um campo de atuação da Psicologia, mas ainda não se fala em licenciatura.

Em 1953, um novo projeto é formulado em um Simpósio de Faculdades de Filosofia. Já se fala em licenciatura em Psicologia e nas perspectivas das disciplinas pedagógicas: a didática, a poética de ensino, estrutura e funcionamento do ensino, mais a Psicologia Educacional.

Em 1958, o Projeto de Lei 3825 traz uma proposta de regulamentação da profissão. Fala em bacharelado e licenciatura compondo a profissão de psicólogo, a licenciatura vinculada às disciplinas pedagógicas, à Estatística, Filosofia e Lógica. O substitutivo de 1959 mantém essa formulação e fala nas atuações clínica, escolar e do trabalho.

Em 1962, temos no dia 27 de agosto a promulgação da regulamentação da profissão de psicólogo. Nesta regulamentação, três dimensões da atuação do psicólogo estão impostas: o bacharelado vinculado à pesquisa; a licenciatura ligada ao ensino de Psicologia e a formação do psicólogo atrelada à atuação do profissional psicólogo. Esta proposta traz uma perspectiva ampla de formação, em que ensinar a Psicologia é uma tarefa do psicólogo.

Na licenciatura o que se propõe são as disciplinas pedagógicas. Muitos de nós, que fizemos licenciatura, estudamos Estrutura de Funcionamento de Ensino, Didática, e realizamos Prática de Ensino.

A Psicologia, na medida em que busca compreender as subjetividades na perspectiva da cultura, da sociedade, tem desenvolvido conteúdos, conhecimentos e estratégias de ensino que vão contribuir com esta formação.

De 1962 a 1995, vejam quanto tempo se passou, vigorou essa regulamentação; havia discussões sobre formação, mas nenhuma ação mais direcionada à transformação dessa regulamentação.

Em 1995, a Comissão de Especialistas do MEC, que cuida da questão do ensino da Psicologia, apresenta um documento-reflexão sobre a formação em Psicologia. Nesse documento, a licenciatura ainda aparece vinculada especificamente às disciplinas pedagógicas. Formar professor significa ensinar legislação e metodologia e fazê-lo praticar.

Nesta regulamentação, três dimensões da atuação do psicólogo estão impostas: o bacharelado vinculado à pesquisa; a licenciatura ligada ao ensino de Psicologia e a formação do psicólogo atrelada à atuação do profissional psicólogo. Esta proposta traz uma perspectiva ampla de formação, em que ensinar a Psicologia é uma tarefa do psicólogo.

A educação, nesse documento, aparece reduzida. Fala-se de outras dimensões da atuação do psicólogo e pouco do campo de educação.

Em 1996, o documento do II Congresso Nacional de Psicologia identifica questões importantes para atuação da Psicologia naquele momento. Trata da questão da avaliação psicológica, da expansão incontrolada dos cursos de Psicologia, dos estágios, das práticas alternativas, mas não fala do ensino de Psicologia; nenhuma menção há naquele documento sobre a licenciatura. No mesmo ano, a Comissão de Especialistas do MEC produz uma reflexão em que se mostra preocupada com o viés clínico da formação em Psicologia.

Em 1997, o MEC convoca as instituições de ensino para apresentar propostas para as Diretrizes Curriculares de Formação em Psicologia. Em 1999 sai a primeira versão das Diretrizes. Sabemos que essas diretrizes foram palco de disputas políticas e de discussões acadêmicas. Sabemos que as diretrizes de qualquer curso expressam contradições a respeito da compreensão de profissão, da compreensão de mundo, e as nossas diretrizes expressam isso também.

Na primeira versão propôs-se um curso único de psicólogo, envolvendo atuação profissional, pesquisa e ensino. Portanto, formar o psicólogo significava formar o profissional que atua, que pesquisa e que ensina.

No entanto, essa versão aponta para a possibilidade de diferentes diplomas: bacharel, licenciado e psicólogo. Surge a ideia das ênfases, portanto não mais áreas estanques e tradicionais, mas ênfases que podem ser definidas, escolhidas por cada instituição formadora, desde que não apenas uma. Incorpora-se nessa proposta o discurso das competências, habilidades.

Revela-se aí uma visão de currículo, de formação colocada nacionalmente, em que, entre as competências do licenciatura

do, mencionam-se os conhecimentos do desenvolvimento e aprendizagem, planejamento, execução e avaliação.

Na segunda versão destacam-se as propostas para a licenciatura. Na minha opinião, esta é a versão que traz uma compreensão mais ampla do campo de atuação do professor e de possibilidades da Psicologia no ensino.

A licenciatura vem atrelada às temáticas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio, da Educação Especial e da Educação Profissional. Também se enfatiza a necessidade do conhecimento do Sistema Educativo, da escola como um lugar de diversidade, como lugar de expressão de diferentes culturas. O planejamento não voltado a um modelo simplesmente, mas vinculado ao tipo de aluno, à cultura do aluno, à avaliação.

Nesta segunda versão, postula-se a necessidade de articulação com as Diretrizes de Formação de Professores que haviam sido promulgadas. Pela primeira vez, revela-se uma concepção de que o professor de Psicologia deveria ter os conhecimentos específicos da sua área, mas também deveria ter os conhecimentos relativos à formação de professores de maneira geral. O professor de Psicologia deveria ter um perfil de professor e, para isso, todas essas questões e conhecimentos seriam importantes.

Formar o psicólogo significava formar o profissional que atua, que pesquisa e que ensina.

Em 2001, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia e a Comissão Nacional de Ensino de Psicologia apresentam ao Ministério da Educação um documento com reflexões e questionamentos relativos proposta de diretrizes. Indicam preocupações com relação ao possível esfacelamento da formação, caso fosse centrada nas ênfases, e com a dissociação entre atuação do psicólogo e a pesquisa, o que são pontos extremamente importantes e relevantes. No entanto, essa mesma preocupação não se expressa em relação ao ensino de Psicologia.

Em 2002, um documento do FENPB (Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira) pontua a dimensão pedagógica, porém, de forma mais restrita do que aquela expressa na segunda versão. O parecer do Conselho Nacional de Educação mantém a formulação da segunda versão e a presença das dimensões da pesquisa, do ensino e da atuação profissional.

Em 2004, são aprovadas as Diretrizes Curriculares para a Formação em Psicologia, na perspectiva de atuação, pesquisa e ensino; porém, as expressões referentes à Educação são: diagnosticar, planejar e avaliar. Na minha opinião, há grande perda em relação à licenciatura. Nas Diretrizes, a licenciatura seria contemplada em projeto complementar, articulada às diretrizes de formação do professor.

Defender a Psicologia no Ensino Médio passa pela tentativa de se resgatar nas diretrizes e nos currículos a licenciatura, a formação do professor de Psicologia; passa pela articulação dos conteúdos da Psicologia com as dimensões educativas em toda a sua amplitude: política, econômica, social, cultural.

Este é um momento crítico e sério porque a licenciatura e a formação do professor são colocadas na periferia da formação, à parte, de lado. Essa proposição trouxe consequências imediatas e muito importantes para a formação em Psicologia.

A partir das diretrizes de 2004, muitos cursos que possuíam licenciatura extinguiram de vez a idéia de ter uma essa formação. Hoje, temos praticamente metade dos cursos de licenciatura que tínhamos antes de 2004.

Da mesma forma, perdeu-se na formação do psicólogo o espaço da formação política, cultural e histórica das questões educacionais, seja para a atuação do psicólogo escolar, seja para a atuação do professor.

Portanto, defender a Psicologia no Ensino Médio passa pela tentativa de se resgatar nas diretrizes e nos currículos a licenciatura, a formação do professor de Psicologia; passa pela articulação dos conteúdos da Psicologia com as dimensões educativas em toda a sua amplitude: política, econômica, social, cultural.

Este resgate não favorece somente a formação do professor, mas também a atuação do psicólogo nos contextos escolares e em outros contextos.

O debate, em torno da licenciatura atende a um duplo propósito: ele fortalece a luta pela Psicologia no Ensino Médio, tomada como um conhecimento importante, necessário à formação de um aluno crítico, criativo e atuante. Ele problematiza a formação do psicólogo, na perspectiva da superação do viés clínico e da inserção da Psicologia no campo da maior política pública deste país, que é a educação.

Ao encerrar esta conversa, gostaria de dizer que a graúna que aparece nos slides de minha apresentação tem um sentido muito importante para a Psicologia. Fomos autorizados a usar o símbolo da graúna, quando decidimos intensificar a luta pela Psicologia no Ensino Médio. A graúna é um personagem do Henfil, que foi um cartunista que lutou contra a Ditadura; representa a resistência, o espírito crítico do jovem. É isto que eu espero que a Psicologia consiga construir nos seus próximos caminhos.

Histórico sobre a formação do professor em Psicologia

José Roberto Guido

Membro do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP

Esta discussão sobre a necessidade de termos no currículo da rede pública Psicologia, Sociologia e Filosofia reafirma o posicionamento do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP – que, institucionalmente, está posto desde 2003. É um posicionamento político do Sindicato, que se consolidou como uma Resolução aprovada no nosso XIX Congresso Estadual daquele ano.

Mas para entender um pouco essa discussão, temos que saber o que é a APEOESP. Trata-se do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, o maior sindicato da América Latina, tendo mais de 220 mil professores na base, sendo que cerca de 170 mil são filiados.

Em 1979, quando um grupo de professores atuante venceu as eleições sindicais, a APEOESP era um sindicato pequeno, que cresceu fazendo a clara defesa dos interesses corporativos dos professores, da questão salarial, do emprego. Mas cresceu também lutando por uma sociedade diferente, mais justa. Um sindicato que cresceu em sintonia com o sindicalismo que surgiu a partir do final da década de 1980 e que se preocupava com as questões mais gerais.

É, neste sentido, que um sindicato como a APEOESP se propõe a discutir a questão curricular para além da questão corporativa, da questão salarial, da geração de emprego. Para nós, um projeto de classe, além da defesa da categoria, passa por uma escola pública que garanta para o conjunto da clas-

Um projeto de classe, além da defesa da categoria, passa por uma escola pública que garanta para o conjunto da classe trabalhadora – porque são os grandes usuários da escola pública –, o acesso a toda a riqueza que a cultura humana produziu e que deve estar expressa no currículo escolar.

Essa mesma LDB possibilitou um processo intenso de fragmentação do ensino fundamental brasileiro por meio da municipalização e também permitiu a proliferação da privatização do Ensino Superior, levada a cabo pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

se trabalhadora – porque são os grandes usuários da escola pública –, o acesso a toda a riqueza que a cultura humana produziu e que deve estar expressa no currículo escolar.

Feitas essas considerações, gostaria de iniciar com uma reflexão que temos feito: que determinadas questões precisam ser recolocadas no Brasil, na medida em que nós não vivemos mais no contexto da década de 1980, nem no da década de 1990, principalmente.

Se pegarmos como exemplo o contexto de aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, em que se buscou fazer uma lei “enxuta”, com foco no estabelecimento de diretrizes, mas sem garantir as bases necessárias para uma educação de qualidade, constataremos que aí se criaram os marcos legais que aprofundaram o neoliberalismo na Educação.

A LDB possibilitou um esvaziamento, inclusive, de currículo. Por exemplo, as disciplinas de Sociologia e Filosofia são apenas mencionadas no texto. A exigência legal é de que apenas os conhecimentos de Sociologia e Filosofia devam ser ministrados. A Psicologia também é tratada de uma forma muito lateral.

Essa mesma LDB possibilitou um processo intenso de fragmentação do ensino fundamental brasileiro por meio da municipalização e também permitiu a proliferação da privatização do Ensino Superior, levada a cabo pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

A consolidação do ensino de Psicologia no Ensino Médio, como nos demais níveis de ensino, não passa por outro caminho senão o do aprofundamento da reformulação da LDB.

Isso está intrinsecamente relacionado à resistência que os cursos de Licenciatura têm de formar professores de Psicologia. Por quê? Porque não tem mercado para eles. A lógica dessas universidades é a lógica do lucro, e a base disso está na LDB criada em 1996.

Assistimos agora o presidente Luiz Inácio Lula da Silva outorgar a lei que garante Sociologia e Filosofia no ensino médio. Mas governos, como o de São Paulo, estão contestando a constitucionalidade da lei, recorrendo inclusive ao Supremo.

Portanto, cremos que a consolidação do ensino de Psicologia no Ensino Médio, como nos demais níveis de ensino, não passa por outro caminho senão o do aprofundamento da reformulação da LDB. Não só por conta da Psicologia. A LDB, em muitos aspectos, impede os avanços que poderíamos ter na Educação. Embora algumas coisas tenham avançado, como a criação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), a lei do piso nacional dos professores, entre outros, é preciso aprofundar as discussões, radicalizar as mudanças.

A conjuntura atual do Brasil não é a mesma da década de 1990, quando o neoliberalismo se aprofundou em demasia. Hoje, entendo que temos condições de produzir avanços.

Sobre a questão curricular propriamente dita, que é um dos gargalos da Educação, é necessário que atentemos para a proposta do MEC de implantação de um Ensino Médio Inovador. É de fundamental importância esta proposta porque aí teríamos uma escola ofertando alternativas em tempo integral, com uma gama de possibilidades para os alunos montarem o seu currículo. Sem dúvida, numa escola assim organizada, a Psicologia teria um papel fundamental na estruturação curricular.

É necessário fazermos do Ensino Médio Inovador, porque ele está descaracterizado. Isto é uma constatação. Mas o Ensino Médio Inovador resolve a demanda dos jovens brasileiros por uma escola pública de qualidade? Penso que não. Esta discussão estará presente durante a Conferência Nacional de Educação – CONAE.

Penso que a radicalização dos avanços tem que ter como norteador a necessidade de atrairmos um segmento significativo de jovens brasileiros que hoje sequer passam perto das escolas por conta da sua descaracterização completa. Descaracterização que passa, inclusive, pela eliminação de componentes curriculares que são caras às humanidades, entre elas, a Psicologia.

Desta forma, é importante que aqueles que militam mais diretamente na questão da Psicologia no Ensino Médio participem da CONAE com alguns focos: a necessidade de uma revisão da lei maior da Educação brasileira, a necessidade de termos o Ensino Médio Inovador, não apenas na forma de projeto, mas institucionalizado como política de Estado.

A descaracterização do Ensino Médio passa, inclusive, pela eliminação de componentes curriculares que são caras às humanidades, entre elas, a Psicologia.

Há um debate em andamento, que é o da criação de um sistema público de Educação no Brasil, que objetiva solucionar os problemas derivados da fragmentação do Ensino, criando várias redes – a Municipal, a Estadual e a da União. É fundamental o nosso engajamento neste debate.

Queremos um sistema fragmentado ou podemos ter um sistema único de ensino?

Estas discussões, com certeza, estarão presentes na CONAE. Penso que os psicólogos, com muita propriedade, intervirão na construção de um novo Ensino Médio, porque sabem que esses debates são estratégicos para o avanço da Psicologia nesta modalidade do ensino.

Relações de trabalho do professor de Psicologia

Fernanda Magano

Secretária Geral do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo – SinPsi.

Gostaria de resgatar algumas questões históricas, de datas e de ações sindicais que têm acontecido ao longo do tempo. Existe a questão da relação de trabalho que nos cabe pensar o professor de Psicologia, é a infeliz constatação da relação de precarização.

Esta é uma relação frágil, na qual temos a disciplina retirada da estrutura, os professores ocupantes de função-atividade. Depois, por determinação de uma resolução da Secretaria de Educação, vem a estabilidade funcional, porém, fora da sala de aula. Tudo isso marca como a Secretaria Estadual de Educação vem lidando com os professores e professoras de Psicologia.

Em 2006, quando já havia rumores de que a Psicologia deixaria de ser uma disciplina eletiva no Estado de São Paulo por uma ação do Sindicato dos Psicólogos, da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia São Paulo e do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, foi elaborada uma carta aberta em 21 de agosto de 2006, perto do Dia do Psicólogo, pela urgência da retomada da Psicologia no currículo do Ensino Médio.

Em paralelo a isso, tentou-se procurar os representantes do Congresso Nacional para a retomada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB. De fato, como comentou José Roberto Guido, enquanto não tivermos isso impresso na forma de lei, a partir dos Artigos 35 e 36, não teremos as condições de lutar pela disciplina no âmbito estadual. Precisamos dessa referência na legislação maior.

O Projeto de Lei que hoje ainda trata disso, a inserção da disciplina Psicologia na LDB, mudou a numeração, é o PL 105/2007 da deputada Luíza Erundina. A última tramitação que ele teve não é tão distante assim: 25 de novembro de 2009, na Comissão de Educação e Cultura, mas para um posicionamento de um relator que pediu vistas, o deputado Lelo Coimbra. Mas o projeto de lei não foi devolvido, ficou estagnado.

Existe a necessidade mesmo de retomar esta pressão, participando de reuniões no Congresso Nacional para que tentemos avançar este assunto, principalmente o dispositivo 36 da LDB, que coloca a Psicologia como disciplina obrigatória. Em paralelo a isso, a discussão de 2006 para frente tomou um rumo nacional. O Sindicato dos Psicólogos tem a

Enquanto não tivermos a revisão do Ensino Médio impresso na forma de lei, a partir dos Artigos 35 e 36 da LDB, não teremos as condições de lutar pela disciplina no âmbito estadual.

sua representação no Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira – FENPB, por meio da FENAPSI (Federação Nacional dos Psicólogos).

O FENPB fez uma ação de construir uma nota técnica sobre o tema em 2008, com uma série de argumentos que, inclusive, retratam todo esse histórico que a Ângela relatou. Foi construída tendo contribuições da Roberta Azzi, Diva Conde, Sérgio Leite. Houve reuniões com o Ministro da Educação para que pudesse haver uma solução dos problemas e a ação de buscar incisivamente a aprovação da Psicologia como disciplina.

Nesse meio do caminho, tem outra questão que surge e que também coloca mais situações para pensarmos e refletirmos como lidar com esse problema, que é a própria ação do MEC no Conselho Nacional de Educação, em 30 de junho de 2009, na proposta de alteração de estrutura das disciplinas, onde se faz uma articulação interdisciplinar e com atividades chamadas integradoras, com alguns eixos constituintes, puxando de novo aquela discussão da formação educacional na relação com o trabalho, à ciência e a tecnologia. Com essa temática, corremos o risco a perspectiva das interdisciplinaridades diluindo as disciplinas, e uma coisa que temos ponderado e apontado é a importância de se manterem as questões disciplinares.

Na defesa da Psicologia no Ensino Médio, pelos argumentos que foram construídos também no ano da educação com o uso da graúna, que a Ângela Soligo já muito bem trouxe, e com a perspectiva dessa Psicologia no Ensino Médio para, de fato, fazer o seu recorte pensando na questão do acesso democrático aos conhecimentos.

Apontando um debate mais amplo da questão da subjetividade, da questão da discussão dos jovens com a problemática e os grupos a que eles se compõem, e os rumos para onde vão as condições da juventude, a questão da promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos e, nessa relação dos Direitos Humanos, pensar também na questão do direito ao trabalho, na relação do direito à saúde, de ir apontando as perspectivas mais amplas do Sindicalismo.

Então, levar esse estudante a pensar os sujeitos interagindo em um mundo contemporâneo, nessa sociedade, que é uma sociedade que faz o discurso da globalização, mas que leva boa parte da nossa juventude, principalmente da juventude filha da classe trabalhadora que está nas escolas públicas, há um processo de exclusão dessa sociedade. Ou seja, debater esses processos de inclusão e exclusão nessa sociedade, e também o quanto pela massificação dos Sistemas de informação, temos estudantes que vão muitas vezes perdendo aí o interesse pelo estudo.

Basicamente, temos um caminho a trilhar, que é um caminho pela inclusão na legislação. No decorrer de 2009, estivemos conversando com a senadora Ideli Salvati, que se dispôs a construir junto conosco alguns argumentos que pudessem levar a cabo essa inclusão na LDB, sendo este o caminho que precisa ser retomado. E com as manifestações necessárias, especialmente na condição hoje do Estado de São Paulo, que aponta então essa estabilidade funcional, determinada pela Resolução da Secretaria de Educação de 21 de outubro de 2009, porém, esses professores fazendo atividade outras que não o lecionar a disciplina de Psicologia.

Então, queremos o retorno desses profissionais à sala de aula, que é a garantia do exercício da docência de fato, e, por isso, em parceria com o Sistema Conselhos, estamos construindo com as nossas estruturas de advogados, uma ação civil pública nesse sentido.

A Psicologia no Ensino Médio implica em apontar para um debate mais amplo da questão da subjetividade, da questão da discussão dos jovens com a problemática e os grupos a que eles se compõem, e os rumos para onde vão as condições da juventude, a questão da promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos e, nessa relação dos Direitos Humanos, pensar também na questão do direito ao trabalho, na relação do direito à saúde, de ir apontando as perspectivas mais amplas do Sindicalismo.

Esse é o andar da carruagem no momento da questão da Organização Trabalhista e das ações processuais e negociações no âmbito legislativo para que tenhamos garantido isso na lei, mas sabemos que há muito a fazer e, principalmente, que precisamos da mobilização de todos os envolvidos nesse tema, para pressionar por meio de e-mails, a participarem das atividades, ajudarem nos processos de mobilização, para garantir a necessária visibilidade para o sucesso nessas ações que vêm aqui no decorrer do tempo para frente.

Política Educacional e Psicologia

Marilene Proença

Conselheira presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

Gostaria de iniciar agradecendo o convite para participar dessa mesa neste evento que discute a Psicologia no Ensino Médio, com três questões bastante provocativas: para que professor no Ensino Médio? Como formar o professor de psicologia? E como está a situação atual do Professor no Ensino Médio?

Embora em minha fala eu vá mencionar as três questões, procurarei discutir a questão da formação no Ensino Médio e para que professor no Ensino Médio. Ao mesmo tempo, trarei alguns elementos sobre como o Conselho de Psicologia vem tratando a questão, bem como o Sindicato de Psicólogos, nos últimos 30 anos.

Início dizendo que é importante destacar que há uma distinção entre “Psicologia Escolar” e “Ensino de Psicologia”, com relação às políticas do CRP sobre o tema; assim, é bastante conveniente, à medida que ainda se têm pouco claro os limites entre essas duas instâncias: Psicologia Educacional e Ensino de Psicologia.

Grosso modo, podemos dizer que a Psicologia Escolar constituiu-se historicamente enquanto uma área de aplicação da psicologia, atendo-se, principalmente às questões referentes aos problemas de aprendizagem, ao aconselhamento psicológico e vocacional, bem como à modificação de comportamentos na sala de aula e treinamento de professores.

É somente a partir do início dos anos 1980 e, mais especificamente, com a Tese de doutorado de Maria Helena Souza Patto, defendida em 1981 e publicada em livro com o título “*Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar*” que tem início a discussão a respeito da formação/atuação profissional do psicólogo escolar. Neste trabalho, Patto desnudava as principais filiações teóricas das práticas psicológicas levadas a efeito na escola, os métodos que vinha empregando e que centravam na criança a causa dos problemas escolares, à forma restrita como a Psicologia interpretava os fenômenos escolares. Discutia-se a serviço de quê e de quem estaria a Psicologia Escolar e concluía-se que caminhava pouco a serviço da melhoria da qualidade da escola e dos benefícios que esta escola deveria estar propiciando a todos, em especial, às crianças oriundas das classes populares. Iniciava-se, portanto, na história da Psicologia

A Psicologia Escolar constituiu-se historicamente enquanto área de aplicação da psicologia, atendo-se, principalmente às questões referentes aos problemas de aprendizagem, ao aconselhamento psicológico e vocacional, bem como à modificação de comportamentos na sala de aula e treinamento de professores.

Escolar, questionamentos a respeito do papel da Psicologia Escolar, os pressupostos que a norteavam, suas finalidades em relação à escola e àqueles que dela participam.

Dez anos depois, pesquisa nacional foi realizada pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP e publicada no livro “*Psicólogo brasileiro: Práticas Emergentes e desafios para a formação*”. Com relação à área de Psicologia Escolar, a pesquisa realizada pelo CFP, é apresentada por Maria Regina Maluf. Neste trabalho, a autora após entrevistar aproximadamente 20 profissionais da área, de vários estados, considera como práticas emergentes aquelas que propiciaram aos psicólogos que as defendem “uma profunda revisão e reformulação dos esquemas conceituais que sustentaram sua formação em Psicologia durante o curso de graduação” e acrescenta que essas mudanças tiveram suas origens em experiências de trabalho junto a escolas, comunidades e instituições de saúde que, de alguma forma, possibilitaram “o contato direto com uma clientela típica, isto é, proveniente de classes populares, que representam a maioria da população brasileira”.

Os avanços no fazer psicológico na área de Psicologia Escolar, segundo a pesquisadora, apresentam-se em dois sentidos: na superação da noção unilateral de adaptação

da criança ao sistema escolar e na atuação do psicólogo enquanto um profissional independente do corpo administrativo da escola.

As duas maneiras de conceber a atuação do psicólogo vêm no bojo de uma outra compreensão que questiona as concepções de ajustamento da criança à escola, independentemente do tipo de escola que lhe é oferecida, instrumentada por teorias que fazem crítica aos modelos de avaliação presentes nas queixas escolares, oriundas da Psicometria e da Psicologia Diferencial e que permitam conhecer a “realidade escolar”, explicitando os processos que acontecem intramuros, no dia-a-dia do fazer docente.

Considera que a tarefa do psicólogo é contribuir com o seu conhecimento sobre as relações que se processam na instituição para repensar as relações escolares e as subjetividades produzidas nessas relações. Avalia, finalmente que a mudança de referenciais teóricos na compreensão das questões escolares promoveram o “desenvolvimento de práticas pedagógicas de melhor qualidade”, em “parceria com o educador”.

Esse movimento de crítica fortaleceu-se no campo da Psicologia Escolar e atualmente podemos considerar que temos, no Brasil, um conjunto de trabalhos de intervenção e de pesquisa que rompe com a culpabilização das crianças, adolescentes e suas famílias pelas dificuldades escolares; que constrói novos instrumentos de avaliação psicológica e

As duas maneiras de conceber a atuação do psicólogo vêm no bojo de uma outra compreensão que questiona as concepções de ajustamento da criança à escola, independentemente do tipo de escola que lhe é oferecida, instrumentada por teorias que fazem crítica aos modelos de avaliação presentes nas queixas escolares, oriundas da Psicometria e da Psicologia Diferencial e que permitam conhecer a “realidade escolar”, explicitando os processos que acontecem intramuros, no dia-a-dia do fazer docente.

É fundamental que criemos cada vez mais espaços de crítica, de discussão para construirmos propostas de atuação no campo da Psicologia na sua interface com a Educação que se ampliem para além dos muros da escola.

de compreensão da queixa escolar; bem como articula importantes ações no campo da formação de professores e de profissionais de saúde. Atualmente podemos dizer que de fato se constitui uma corrente crítica no campo da Psicologia Escolar, considerando-a como área de estudos da Psicologia, de atuação e de formação do psicólogo que busca compreender o fenômeno educacional como produto das relações que se estabelecem no interior da escola. Escola essa atravessada pelas políticas educacionais, pela história local de sua constituição enquanto instituição e enquanto referência educacional e de aquisição de conhecimento, pelos sujeitos que a constituem e nela se constituem.

Mas, se por um lado, a discussão no campo acadêmico avançou na direção de uma psicologia escolar crítica, no âmbito da formação profissional, esta discussão precisa ainda ser ampliada. É fundamental que criemos cada vez mais espaços de crítica, de discussão para construirmos propostas de atuação no campo da Psicologia na sua interface com a Educação que venha se ampliar para além dos muros da escola.

Essa tem sido uma importante tendência que temos acompanhado. A psicologia se amplia para sua dimensão educativa e passa a se fazer presente nos mais diversos campos educacionais: na área da Criança e do Adolescente, atuando com projetos de inclusão social, planejamento de ações comunitárias e sociais, de ação junto a jovens em liberdade assistida; em programas na área do idoso, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e DST/AIDs, no campo de programas governamentais e não governamentais de formação de educadores, nos órgãos de Controle Social, Fóruns Estaduais e Nacional, dentre outros. Podemos constatar a presença dessa ampliação da atuação da Psicologia na interface com a Educação, na I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia. Psicologia e Compromisso Social e, mais recentemente, em 2004, com a pesquisa encomendada pelo CFP ao IBOPE na qual também se observa esta ampliação das ações do psicólogo no campo educacional.

Mas essa ampliação no campo de atuação na direção da Educação, não poderá se fortalecer se juntamente com ela não vierem as bases teóricas para a construção de uma prática

de fato informada, qualificada e crítica. Precisamos trabalhar estar sempre atentos para responder às finalidades do trabalho que vimos desenvolvendo, discutindo e analisando porque e para quê realizar uma determinada intervenção ou ação, sob pena de nos transformarmos em animadores ou educadores sociais ou técnicos qualificados, perdendo as especificidades do conhecimento psicológico a serviço da educação.

Na direção de ampliar a discussão no campo educacional, realizamos no estado de São Paulo, mais duas Mostras Estaduais, em 2005 e 2007. Precisamos conhecer as práticas atualmente veiculadas no estado e ao mesmo tempo dar continuidade à problematização dos pressupostos e direcionamentos dessas ações no campo educativo e na construção de políticas públicas.

Ao adentrarmos ao campo do Ensino da Psicologia, estamos possibilitando estudar a complexidade da formação do ser humano, do que nos permite construir a cultura, os valores, os sentimentos, os sentidos e os significados interpretando o mundo que está a nossa volta.

E o Ensino de Psicologia? Este é um espaço eminentemente de formação, de socialização do conhecimento acumulado no campo da Psicologia, de reflexão sobre a constituição da subjetividade humana. Ao adentrarmos ao campo do Ensino da Psicologia, estamos possibilitando estudar a complexidade da formação do ser humano, do que nos permite construir a cultura, os valores, os sentimentos, os sentidos e os significados, que nos permitem interpretar o mundo que está a nossa volta. Desnaturalizando o estabelecido, mostrando sua dimensão histórico-social, analisando as relações de poder, de constituição das instituições, incluindo a escola, as relações sociais que nela se estabelecem. Embora estejamos hoje tratando da Psicologia no Ensino Médio, quando se trata de Ensino de Psicologia, Lato-sensu, estamos nos referindo também às Licenciaturas, aos cursos de formação em Nível Superior em que a Psicologia se faz presente. O trabalho do psicólogo no Ensino, não é um trabalho de intervenção psicológica, mas sim de problematizar e discutir questões que são, de alguma maneira, objeto de estudo da Psicologia enquanto campo de atuação e de conhecimento.

Não cabe ao professor de Psicologia um trabalho de intervenção psicológica, mas sim de problematizar e discutir questões que são, de alguma maneira, objeto de estudo da Psicologia enquanto campo de atuação e de conhecimento.

Nesse sentido, embora as finalidades de ambas as áreas de aplicação possam ser comuns, a saber, melhoria da qualidade da educação, melhoria da qualidade de vida, atuação na direção da humanização, os objetos são distintos, quer no campo da Psicologia Escolar, quer no Ensino de Psicologia.

Com relação às políticas do Sistema Conselhos e do Conselho Regional-06, no que tange ao Ensino Médio, tem sido de acolher as demandas dos psicólogos que atuam nesta área, por meio de apoio, juntamente com o Sindicato e a APEOESP para a manutenção da disciplina Psicologia no Ensino Médio, bem como problematizado os conteúdos a serem ministrados nessas disciplinas. Analisando documentos produzidos no Conselho, podemos observar essa trajetória.

Eu pude participar de um dos primeiros grupos de trabalho sobre o Ensino Médio, no CRP-06, em 1981, juntamente com o Sérgio Leite, Carlos Ladeia e Yvonne Khouri, que se propôs a iniciar esta discussão com os psicólogos que atuavam no ensino de Psicologia. Neste momento, a Secretaria do Estado da Educação reintroduz a Psicologia no Ensino Médio, em 1982, pela lei 7044, com o objetivo de “formação integral do aluno, preparando-o para o exercício da cidadania consciente e participativa”. Nesse documento, recomenda-se a inclusão da Filosofia, Sociologia e Psicologia a fim de “favorecer a formação do Homem crítico e participante” (Documento CENP, p.15, 1992). Nesse momento, a CENP, CRP SP, Sindicato de Psicólogos e APEOESP elaboram a “Sugestão preliminar de Conteúdo Programático da Disciplina Psicologia no 2º. Grau”, assessorados pelos professores Sylvia Leser de Mello, César Ades, Yvonne Khouri, Sérgio Leite e Carlos Ladeia. Esta proposta foi discutida em vários encontros estaduais de professores e avaliada na sua implementação, gerando uma segunda proposta em 1992, assessorada pelo Prof. Lino de Macedo.

Nesta ocasião, conseguimos que houvesse concurso de efetivação de professores de Psicologia na Secretaria do Estado da Educação, concurso esse que foi realizado em 1986. A efetivação não era apenas uma regularização importante para professores que se encontravam com contratos precários de trabalho, sem nenhum direito trabalhista, mas sim uma oficialização da presença da Psicologia no então ensino de

A Psicologia é inserida no Ensino Médio, em 1982, pela lei 7044, com o objetivo de “formação integral do aluno, preparando-o para o exercício da cidadania consciente e participativa”. Nesse momento, a CENP, CRP SP, Sindicato de Psicólogos e APEOESP elaboram a “Sugestão preliminar de Conteúdo Programático da Disciplina Psicologia no 2º. Grau”.

segundo grau. Esta discussão deu-se no bojo do processo de abertura política brasileira. Em 1983, elegemos democraticamente, por meio do voto o Governo do Estado, depois de quase 20 anos de ditadura militar. As disciplinas representadas pela Filosofia, Psicologia e Sociologia ocupavam um lugar político de destaque na formação dos jovens, até então feita pela disciplina denominada “OSPB – Organização Social e Política Brasileira”, braço ideológico da ditadura militar no campo educacional, em muitas escolas ministradas por militares ou simpatizantes do regime que defendia, dentre outros temas, a chamada Doutrina de Segurança Nacional. (A título de exemplo, havia uma disciplina correlata no Ensino de Primeiro Grau, de 5ª a 8ª séries, denominada “Educação Moral e Cívica”). Também em 1986, o CRP SP e o Sindicato dos Psicólogos, publicaram pela editora Edicon o livro “Psicologia no Ensino de 2º. Grau – Uma proposta Emancipadora”, referência para a formação neste nível de ensino.

Em 1996, temos a promulgação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que retira as disciplinas Psicologia, Sociologia e Filosofia do Núcleo Comum das Disciplinas. Novamente tem-se o retrocesso curricular, retirando as disciplinas que questionam e problematizam o indivíduo e a

Nos anos 1980, as disciplinas representadas pela Filosofia, Psicologia e Sociologia ocupavam um lugar político de destaque na formação dos jovens.

sociedade. O veto presidencial, do então presidente Fernando Henrique Cardoso teve como argumento a falta de professores para ministrar as disciplinas.

Em 2000, o CFP-06, enviou ofício ao Senador José Fogaça, então relator da CCJC do PLC 009/00 para que pudesse incluir a disciplina de Psicologia como disciplina obrigatória no Ensino Médio. Mas essa inclusão não foi acatada. Assim, esse movimento ainda precisa acontecer no Plano Federal, plano em que essa conquista precisaria ainda se realizar. O processo ainda encontra-se tramitando no Congresso. Este ofício, encaminhado ao relator dizia:

“Novamente é necessário ressaltar que não se defende a psicologização da realidade ou a primazia da Psicologia na busca de soluções para os problemas humanos. Assume-se, no entanto, que a Psicologia, enquanto área que apresenta um dos mais intensos movimentos de produção de conhecimentos, tem uma contribuição fundamental para os nossos jovens e está em condições de assumir tal compromisso de forma crítica e coerente. Nossos alunos devem ter a possibilidade de ter acesso a esse conhecimento” (Of. 417/00GG-CFP).

Em julho de 2005, o CRP SP, juntamente com a ABEP, a APEOESP, o Sindicato de Psicólogos retomam a discussão do Ensino Médio e fazem o I Seminário de Psicologia no Ensino Médio. E em seguida, juntamente com a ABRAPPEE deflagram uma Campanha Nacional da Psicologia no Ensino Médio e que apresenta as 8 razões para que ela compareça no currículo. Essa campanha é acompanhada de um Projeto de Lei de autoria da Deputada Luiza Erundina (PT-SP) de inclusão da Psicologia no Ensino Médio.

Desta vez, a resistência vem os colegas da Filosofia e da Sociologia que consideram que a Psicologia entra na luta pelo Ensino Médio após a luta dessas entidades e que não estaria devidamente claro sua finalidade no Ensino Médio. Ao mesmo tempo, novas mudanças se dão no âmbito da Secretaria de estado da Educação de São Paulo e nova proposta de currículo para o Ensino Médio é feita, retirando a Psicologia de seu interior.

Com relação à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, a ausência de uma clara política para o Ensino Médio vem permitindo que, a cada governo ou a cada secretário, mudanças sejam feitas, currículos sejam modificados.

Resgatando a história do Ensino Médio em São Paulo, vemos que a Psicologia foi reintroduzida no Currículo em São Paulo em 1982. A Psicologia USP participou da elaboração de uma proposta curricular, em 1992. Dentre os temas abordados na época, estavam temas em Psicologia Social tais como: Condutas emergentes do processo de interação social, relação homem/sociedade na Psicologia, Aprendizagem, Constituição do Sujeito, cidadania, avaliação dentre outros. Mais recentemente, nova proposta foi feita para o Ensino Médio e em seguida retirada do currículo. Essas idas e vindas

Em 1986, o CRP SP e o Sindicato dos Psicólogos, publicaram pela editora Edicon o livro “Psicologia no Ensino de 2º. Grau – Uma proposta Emancipadora”, referência para a formação neste nível de ensino.

nos remetem a falta de uma política clara de formação para o Ensino Médio na escola pública.

Acredito, portanto, que seja legítimo lutarmos pela inclusão da Psicologia no Ensino Médio, apoiados em uma perspectiva crítica de atuação no campo do Ensino. Creio que temos hoje um conjunto importante de publicações e de reflexões que de fato revelam uma Psicologia atenta para as questões da realidade social brasileira, assumindo um lugar de construção de conhecimento em uma perspectiva histórico-social. Dentre os temas que temos acumulados, no sistema conselhos, por ex., há publicações sobre saúde mental, adolescência, direitos humanos, inclusão. Além de

publicações específicas do Sistema Conselhos, com destaque para a Revista Psicologia Ciência e Profissão, Revista Diálogos, dentre outras publicações. Avançamos muito nesses últimos anos e temos ainda muito o que avançar, mas precisamos legitimar espaços que tem sido conquistados socialmente em busca de uma sociedade democrática e menos excludente.

Hoje, temos também a possibilidade de trazer este tema para o interior do VII Congresso Nacional de Psicologia, que vamos realizar em junho. Esse evento certamente, por meio construção de teses, irá fortalecer ainda mais a nossa participação no Ensino Médio e fazer com que a Psicologia continue a sua luta pela inserção dessa disciplina. Ao mesmo tempo, dando conhecimento aos nossos colegas de toda esta trajetória e de todas as contribuições que nós temos hoje construído nesse campo.

A ausência de uma clara política para o Ensino Médio vem permitindo que, a cada governo ou a cada secretário, mudanças sejam feitas, currículos sejam modificados.

Intervenções: plateia e internet

P) Hilda, de Santo André – Já lecionei Psicologia no Ensino Médio por 16 anos, quero saber se vamos ter de volta a Psicologia no Ensino Médio?

P) Maria, de Campinas, e Rosana, de São Paulo – Temos a garantia dessa volta da Psicologia no Ensino Médio?

R) Fernanda Magano – Não temos esta garantia, esta certeza. Vai depender claro, da ação das entidades, mas do envolvimento dos professores também, para ajudar a pressionar e organizar a luta pela inclusão na Legislação. Só temos a garantia para pressionar o Governo do Estado de São Paulo, se na Lei Maior, na Lei Federal, a partir do Artigo 36, incluímos a Psicologia entre as disciplinas.

Mas, elas colocam uma outra questão que é também bastante importante, que deve ser destacada, que é o desrespeito do Governo do Estado de São Paulo pelos professores. Este desrespeito inclui os professores, mas pega de uma maneira geral todos os servidores públicos do Estado.

Na perspectiva de não estabelecer os processos de mesa de negociação coletiva, de não estabelecer diálogo para discutir as condições de trabalho, de impor legislações que não respeitam as condições de saúde do trabalhador, estabelece um limite de faltas para o professor, que às vezes está adoecido, está com algumas doenças de saúde do trabalhador, que são reconhecidamente avaliadas como a questão do Burnout.

Elas perguntam se é possível realizar medidas políticas e legais para o enfrentamento deste desrespeito. A resposta é sim, por meio da organização das entidades de representação, trazendo situações concretas, a pressão política a partir dos relatos. As ações legais precisam da constituição de provas testemunhais, da construção de documentos que possibilitem agir contra as questões de violação na condição de trabalho, nas relações de assédio moral, que por diversas vezes esses professores acabam sofrendo.

O Sindicato está à disposição de acolher os trabalhadores; estamos à disposição de acolher esta demanda e trabalhar em conjunto com estes professores, para realizar o enfrentamento deste estado de coisas.

P) Roseli, do Rio de Janeiro - A Secretaria do Estado de Educação abre um concurso público para professores,

com muitas vagas, como ficam os professores de Psicologia, desempregados?

R) Roberto Guido - Não sei da Secretaria Estadual de Educação do Rio, mas, em São Paulo, o Governo do Estado está abrindo concurso. Há um déficit enorme; hoje há cerca 110 mil professores temporários, nos mais diversos componentes curriculares.

Fizemos muitas greves e mobilizações. Na última, o Governo se comprometeu a fazer concursos para efetivar 80 mil professores. Até quando, não disse. O problema é que agora ele está abrindo, para este universo todo, um concurso para somente 10 mil professores.

Não são muitas vagas. As vagas já são deficientes para o conjunto todo e a Psicologia está fora.

P) Daniele, de Santa Catarina – O que é necessário para que a Psicologia volte a fazer parte da matriz curricular do Ensino Médio?

R) José Roberto Guido - Na minha primeira intervenção, fiz algumas sugestões. No momento em que o Brasil respira a democracia, sai da Ditadura, há uma luta pela democratização dos meios de comunicação, da escola, do Estado. Nas Humanidades, há uma demanda dos setores organizados para fazerem parte do currículo Sociologia, Filosofia e Psicologia.

Esse debate foi levado para todos os estados na década de 80, o que resultou inclusive em um concurso para a Psicologia aqui em São Paulo, mais precisamente em 1986.

Mas quando entramos na década de 90, do ponto de vista daqueles que militam por uma escola progressista, há um retrocesso com a implantação do neoliberalismo, que vai resultar na tal da LDB que nós estamos discutindo aqui.

Ou seja, para a Psicologia voltar a fazer parte da matriz curricular do Ensino Médio, vamos ter que rediscutir esta LDB. Um espaço privilegiado para isso é a CONAE.

P) Rosana, de São Paulo - A exclusão da Psicologia está pautada em ações com o Governo?

R) Roberto Guido - Nós queremos discutir a carreira, porque no Estado de São Paulo não há carreira. Quando se

discute carreira, se discute matriz curricular. As dificuldades de negociação são muitas, pois o governo tucano é caracterizado pela completa ausência de diálogo com os setores sociais em geral e os sindicatos em particular.

P) Cristina, de Ribeirão Preto - Quando perdemos para a Filosofia e a Sociologia? Por que o pedagogo pode lecionar a nossa disciplina, dispensando de certa forma o psicólogo?

R) José Roberto Guido - Não diria que houve uma perda para a Sociologia e a Filosofia; e se houve, ela está lá desde a reforma Capanema, em 1942, quando a Psicologia estava embutida no conjunto da Filosofia.

Mas não acho que seja isso, até porque na LDB, nos artigos 36 e 37, que a Fernanda comentou, que são aqueles que trazem o objeto da nossa intervenção, da nossa análise, não há a obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia e Filosofia. Está escrito na LDB: você precisa ter conhecimento de Sociologia e Filosofia. É algo tão vago quanto etéreo. A Psicologia nem sequer é citada na LDB. Essa LDB é votada e, repito, aprovada no governo Fernando Henrique Cardoso, no auge do neoliberalismo.

Depois de muita luta, vai aparecer a questão das diretrizes da Psicologia nos planos curriculares, nos parâmetros curriculares nacionais, como transversalidade, mas isso ainda é insuficiente.

Se houve uma derrota da Psicologia, não necessariamente ela aconteceu para a Sociologia ou Filosofia. Se houve perda, ela aconteceu num contexto histórico, no auge de uma LDB que, na minha opinião, tem esse e outros problemas muito graves.

P) Rosana, de São Paulo, e Hilda, de Campinas - Leciono no Estado de São Paulo há 20 anos e gostaria de saber quais as medidas que serão tomadas pela APEOESP para resolver esta exclusão da disciplina da grande curricular?

R) José Roberto Guido - Acredito que amadurecer junto com as entidades da sociedade civil que fazem esse debate, como o que nós estamos fazendo aqui, e já fizemos em outras ocasiões, amadurecendo uma intervenção que tem que ser feita para que a institucionalização da Psicologia no currículo, como disse, não seja algo precário, apenas como diretrix. Vamos estar juntos na CONAE fazendo essa intervenção. É um espaço privilegiado para discutirmos este assunto.

Lembro que em 2005 havia condições para uma mudança de vida no nosso país. O neoliberalismo havia sido soterrado, criam-se outras condições, o MEC tem outra concepção. Quando isso se estabelece, nós entendemos também que há uma conjuntura para que possamos estabelecer um diálogo em outro patamar.

A data de 2005, quando nós realizamos o nosso XIX Congresso, é um momento estratégico na luta pela Sociologia, Filosofia e Psicologia por parte da APEOESP. Havia um contexto histórico favorável. O fruto dessa deliberação no Congresso

foi a instituição dos coletivos de professores e professoras na APEOESP que atuam nesta questão.

A APEOESP tem atuado desta forma e vai atuar mais intensamente. Acredito que, até provocando as entidades que estão aqui, temos que aproveitar que pela primeira vez na história brasileira temos uma professora de Educação Básica que faz parte do Conselho Nacional de Educação. É claro que a dimensão do Conselho Nacional é reguladora, orientadora, mas você pode, inclusive, fornecer pareceres para as entidades que nos auxiliam nessa trajetória.

Estou falando da professora Maria Izabel de Noronha, a Bebel, que é presidente da APEOESP e hoje está no Conselho Nacional de Educação; isso pode ser de muita valia para avançarmos nesta questão da Psicologia no currículo.

P) Wladimir, de Ribeirão Preto - A APEOESP já não foi radical permanecendo inativa quanto da suspensão da disciplina de Psicologia em 2007, deixando cerca de 177 profissionais efetivos adidos?

R) José Roberto Guido - Não diria que nós ficamos inativos. Fomos radicais até porque radicalidade também é um processo de reflexão e ação. Somos radicais quando vamos à raiz do problema e a raiz da questão, parece-me estar nos marcos legais instituídos na década de 90.

Quando discutimos lá atrás, em 2000, por meio de uma greve barramos a reforma do Ensino Médio que o Governo tucano realizava aqui no Estado de São Paulo, e que queria transformar o ensino, tirar as componentes curriculares todas e transformar os professores em especialistas gerais. Barramos aquela reforma, mas as bases legais que possibilitaram essa tentativa ainda estão presentes.

P) Ana Carina, de Bauru - A APEOESP defende outros espaços do psicólogo na escola sem ser o de ensino? Como se daria isso?

R) José Roberto Guido - Não há resolução do Congresso a este respeito. O que há são discussões que fazemos em função de debates nas escolas, inclusive sobre o problema dos grandes centros urbanos, da intensidade, do tensionamento que está presente principalmente nas escolas públicas.

Entendemos que há necessidade não só da presença do psicólogo, mas do assistente social. Então, não é necessariamente uma questão de ensino, mas é uma questão de atendimento à população. Mas é um debate que deve aparecer uma hora ou outra, no Congresso da APEOESP, e aí deverá gerar análise e deliberação.

De qualquer forma, é um pouco do que falei na primeira intervenção também, na discussão da CONAE. O sistema público de Educação vai entrar em debate, isso também deve ser pautado.

Nós estamos vivendo um momento único. O Governo Federal está abrindo uma Conferência Nacional de Educação, como de resto abriu também a Conferência Nacional de

Comunicação, de Saúde, de Segurança Pública.

No caso da Educação, as demandas reprimidas que nós temos em função dos desmandos que tivemos na década de 90 podem ser, em boa parte, resolvidas, inclusive com alterações na Lei Maior. Neste sentido a APEOESP é radical; quando ela está presente nesses espaços para intervir qualificadamente, junto com as outras entidades, para garantir mudanças legais, um marco legal, para que Psicologia se consolide e volte a ser parte importantíssima do currículo, como nós entendemos: um currículo completo, rico... Uma matriz curricular que todo brasileiro mereça.

P) Sueli, de Santo André – Por que, no seu entendimento, nos anos 90, a Psicologia se perdeu na sequência histórica de participação no Ensino Médio?

P) Lucéa, de Santo André - Hoje a Psicologia reconhece que a formação de psicólogo e a licenciatura não são separadas?

P) Ana Carolina Soares Ferreira, de São Paulo - Qual o problema de a licenciatura em Psicologia ser uma formação complementar na graduação em Psicologia?

R) Ângela Soligo - O que aconteceu nos anos 90, a meu ver, é que se instalou de forma muito forte a política neoliberal, que tem como uma de suas características a política do Estado mínimo. Isto significa que o Estado deve ser dispensado de prover aquilo que é o direito dos cidadãos, por exemplo, a Educação.

Há naquele momento uma série de reformulações no campo da Educação, a própria LDB, a consideração de que novos conteúdos devem entrar na formação do jovem. Mas, junto com isso, tem um Estado que não quer gastar dinheiro com a Educação e com o Ensino Médio.

O que vemos em relação ao currículo é uma picotagem do currículo, quer dizer, novos conteúdos precisam entrar, desde que não se mexa na estrutura e que não se gaste mais.

Por exemplo, a entrada da Filosofia e da Sociologia, principalmente, resultou no quê? Em tirar aulas de História, de Geografia. Isso não resultou, de fato, em mudanças curriculares e na política de formação, mas picotagem e supressão. Neste processo, a Psicologia, em muitos Estados, foi suprimida. Não em todos, ela se mantém em alguns.

É uma questão de política, ao mesmo tempo, que nós, psicólogos e entidades, naquele momento, preocupados com as nossas diretrizes, focamos nosso olhar para a questão do esfacelamento da formação do psicólogo, para a questão de vinculação com a pesquisa, e também deixamos de centrar fogo, de ter uma atuação mais incisiva naquele momento em relação ao ensino da Psicologia. Como resultado, perdemos espaço.

É problemático que a licenciatura seja considerada formação complementar, na maneira que está, porque isso tira da formação do professor a sua centralidade na formação do psicólogo. Isso, na prática, permitiu que muitas instituições forma-

É problemático que a licenciatura seja considerada formação complementar, na maneira que está, porque isso tira da formação do professor a sua centralidade na formação do psicólogo.

doras tivessem aberto mão da licenciatura. Na prática, houve reflexos negativos para a licenciatura em Psicologia e tirou a centralidade desta dimensão na formação do psicólogo.

P) Marcelo de Santos, Renata e Maísa, da plateia - Qual Psicologia ou qual o conteúdo as entidades da mesa entendem que deve ser ensinado pela Psicologia no Ensino Médio regular e profissionalizante?

P) Amanda, de Bauru - Como garantir que os conteúdos da disciplina de Psicologia no Ensino Médio serão os que defendemos?

P) Ana Carolina, da USP - A Filosofia e a Antropologia não dariam conta de formar sujeitos críticos? O que exatamente a Psicologia poderia ensinar no Ensino Médio?

R) Ângela Soligo - Existe um debate nacional, desde os anos 80, a respeito de ensinar temas ou ensinar teorias. Com relação a isso, eu gostaria de lembrar que não dá para dividir as duas coisas.

Ensina-se Psicologia a partir das questões do cotidiano, porque são as questões do cotidiano que estão na origem das teorias psicológicas, são os dilemas humanos, o sofrimento humano, as questões de relacionamento, as questões de identidade, do conflito, que animam ou que inspiram a criação das teorias psicológicas.

A Psicologia diz respeito à vida e à natureza psicológica de algumas questões que nos envolvem, portanto, não dá para separar teoria de tema, esta é uma separação absolutamente artificial.

Quando vamos trabalhar, pensando no Ensino Médio, vamos trabalhar com jovens, em uma perspectiva de Psicologia que é crítica, emancipadora, em uma perspectiva de trazer para o contexto da escola a cultura jovem e a vivência do aluno.

Essa cultura jovem, as vivências e experiências do aluno podem ser organizadas em temas, mas elas serão analisadas não do ponto de vista do “eu acho”, mas do ponto de vista de conhecimento psicológico construído, que possa auxiliar o sujeito-aluno a pensar a sua realidade, pensar na realidade do outro que está ali diante dele, para além das aparências, para além das respostas fáceis, imediatas, para além dos preconceitos, dos racismos.

Não há como separar tema e teoria. Neste sentido, a Psicologia vem crescendo na direção desta compreensão contextualizada da vida e do mundo. Nós temos conhecimentos psicológicos, conhecimentos produzidos na realidade brasileira, que auxiliam o jovem a se entender, a entender o outro, a entender o que acontece com ele na vida hoje, do ponto de vista da subjetividade.

Não é um conhecimento focado nas relações sociais, econômicas, políticas que traz a Sociologia, que é fundamental, nem no conhecimento focado na questão da ética, da cultura, que traz a Filosofia, que também é fundamental.

No entanto, a questão da subjetividade é o nosso objeto. Eu fico muito insatisfeita, furiosa, quando ouço o posicionamento de que talvez a Filosofia, a Sociologia ou a Antropologia dão conta das questões da subjetividade. Eu fico estarelecida quando isso vem de um profissional ou estudante da Psicologia.

Porque isso é negar aquilo que estudamos e aquilo que fazemos, o conhecimento psicológico relaciona-se com a Filosofia, com a Sociologia, com a Antropologia, com a História, com as áreas biológicas, mas ele tem uma especificidade, a Psicologia tem uma identidade.

E é a partir desta identidade que nós vamos trabalhar, não o sujeito individual daquela Psicologia lá, que ficou no início da modernidade, mas o sujeito social. Temos conhecimento para trabalhar isso, temos muitas questões que hoje fazem parte da vida dos jovens, sobre as quais temos o que dizer.

Ensina-se Psicologia a partir das questões do cotidiano, porque são as questões do cotidiano que estão na origem das teorias psicológicas, são os dilemas humanos, o sofrimento humano, as questões de relacionamento, as questões de identidade, do conflito, que animam ou que inspiram a criação das teorias psicológicas. A Psicologia diz respeito à vida e à natureza psicológica de algumas questões que nos envolvem, portanto, não dá para separar teoria de tema, esta é uma separação absolutamente artificial.

Não há como separar tema e teoria. Neste sentido, a Psicologia vem crescendo na direção desta compreensão contextualizada da vida e do mundo. Nós temos conhecimentos psicológicos, conhecimentos produzidos na realidade brasileira, que auxiliam o jovem a se entender, a entender o outro, a entender o que acontece com ele na vida hoje, do ponto de vista da subjetividade.

P) Isabel e Rosana, de São Paulo, Hilma, de Campinas - O que o CRP tem apresentado para a Secretaria de Educação do Estado para que os professores licenciados em Psicologia voltem a lecionar?

R) Marilene Proença - Quando chegou ao conhecimento das entidades de que o Governo do Estado de São Paulo estava retirando os professores de Psicologia da sala de aula, o CRP SP, o SinPsi, a ABEP e a ABRAPEE, estas quatro entidades solicitaram uma audiência com a secretária de educação do estado de São Paulo, que se propôs a fazer um estudo a respeito desta questão. Essa audiência ocorreu em 2006. Em 2007, houve mudança de secretária e voltamos ao gabinete. Nesta ocasião, fizemos uma reunião bastante difícil com a representante da Secretaria, que nos atendeu naquele momento dizendo que considerava que a contribuição da Psicologia fosse apenas para a formação de professores, não para o aluno do Ensino Médio. Tivemos um embate com a Secretaria. Agora temos um terceiro secretário, o professor Paulo Renato de Souza, para o qual também solicitamos uma audiência, mas ainda não obtivemos resposta.

Este processo de negociação com a Secretaria do Estado tem acontecido por parte das entidades, reiteradamente, e nós ainda não conseguimos sensibilizar o Governo do Estado na direção do retorno dos professores para o ensino de Psicologia em nível Médio.

Na verdade, a grande questão em pauta é qual o projeto de formação para o jovem do Ensino Médio da Secretaria do Estado da Educação. Esse projeto já teve várias faces, como nós vimos, é o terceiro secretário que passa no terceiro ano de Governo, e a cada momento que a Secretaria tem um novo

A grande questão em pauta é qual o projeto de formação para o jovem do Ensino Médio da Secretaria do Estado da Educação.

secretário, ela acaba tendo uma forma de organização, em que essa questão da proposta do Ensino Médio não se efetiva.

Não é só uma questão do Estado de São Paulo, mas é uma questão nacional. Qual a proposta nacional que temos para o Ensino Médio hoje? Temos muita coisa para o Ensino Fundamental, para a Educação Infantil, mas e para o Ensino Médio? Esse ainda é um grande nó no campo da Educação que ainda não conseguimos resolver no País. Quem sabe as discussões da CONAE – Conferência Nacional de Educação, que acontecerão de 28 de março a 1º Abril de 2010, tragam luzes para essa questão.

P) Tiago, de São Paulo, e Maria, de Campinas - Como pensar a inserção da Psicologia como disciplina, em um contexto de luta pela qualidade na perspectiva da educação para todos?

R) Marilene Proença - Nós temos inserido a Psicologia desde 81. Se vocês tiverem a oportunidade de entrar em contato com a proposta da CENP de 86, depois da proposta da CENP de 96 que foi feita com as entidades, que verão que nós temos muita coisa já construída, em termos de oferecer uma proposta curricular extremamente interessante, inovadora, avançada, para o ensino de Psicologia no Ensino Médio, que hoje estamos aqui defendendo.

P) Vanda, do Rio de Janeiro - Por que os Conselhos de Psicologia levaram tantos anos para perceber a relevância do trabalho dos professores em Psicologia?

R) Marilene Proença - Cada Estado tem a sua história, a sua trajetória. Aqui em São Paulo esta discussão e esta ação em conjunto do Sindicato e do Conselho Regional de Psicologia vem acontecendo desde 1981. Então, são quase 30 anos de luta, de trabalho, de tentativas de inserção da Psicologia no Ensino Médio, que ora se insere, ora é recusada pela Política Educacional. Temos que nos debruçar mais profundamente sobre essa questão, para pensar por que a Psicologia tem sido objeto de tantas idas e vindas no interior da Educação.

P) Lurdes, de São Paulo - Nós sabemos que não há campos nas escolas para a atuação do professor de Psicologia no Ensino Médio. O que está sendo feito para que esses profissionais voltem a atuar no ensino?

R) Marilene Proença - Temos que lutar agora pela inserção da Psicologia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, esse é o nosso foco primeiro. Nós temos os Estados brasileiros com a liberdade de compor os seus currículos, as suas políticas educacionais. Os municípios também. Evidentemente, nós vamos ter que lutar não só na LDB, mas lutar no Estado e nos municípios, porque é evidente que a Lei Maior orienta as leis estaduais e municipais, mas o princípio da autonomia, o princípio da descentralização é o que rege a legislação brasileira. Portanto, nós temos que ter o aval dos Conselhos Estaduais e dos Conselhos Municipais de Educação para que essa inserção realmente se efetive nos Estados e nos municípios.

P) Eliana, do Rio de Janeiro - Como se encontra a inserção do psicólogo da área escolar em nível estadual e municipal?

R) Marilene Proença - Não temos uma lei que garanta a participação do psicólogo na rede municipal nem estadual, no entanto, muitas ações têm sido feitas e há muitas formas de entrada do psicólogo no contexto educacional. Como não há nenhuma pesquisa no Brasil que faça um levantamento geral de quais os psicólogos atuam na Educação e o que eles fazem no âmbito da Educação, aceitamos esse desafio e por meio de grupo de pesquisa do Instituto de Psicologia da USP, estamos realizando pesquisa preliminar envolvendo hoje seis Estados brasileiros: Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo. A etapa paulista será finalizada até o dia 30 de abril. Além disso, vamos conhecer a realidade de alguns estados brasileiros para nos debruçarmos mais claramente sobre a atuação do psicólogo no campo da educação. Nesta pesquisa, não conseguimos fazer um georeferenciamento do Estado inteiro, mas, por amostragem, conseguimos um conjunto de dados que revela em que município o psicólogo atua e que desafios enfrenta. No Estado de São Paulo, 108 psicólogos participaram da pesquisa, em 65 municípios paulistas. O recorte da pesquisa deu-se em torno do psicólogo que está lotado na Secretaria de Educação, demonstrando que há uma demanda desse profissional. Há municípios que possuem um psicólogo apenas, outros, 20 psicólogos. Temos uma diversidade muito grande, mas a presença do profissional de Psicologia demonstra de alguma forma uma necessidade na participação deste profissional no campo da Educação.

Beatriz Belluzzo Brando Cunha

Conselheira do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE

Vivemos em um momento de grande revisão da educação brasileira. Se alguns avanços são verificados – como a universalização do ensino fundamental em São Paulo – muitos outros desafios estão colocados e a garantia de educação de qualidade para todos é uma imensa tarefa ainda por fazer.

Dentre estas tarefas, o ensino de Psicologia no Nível Médio e a Psicologia na Educação colocam-se como direitos a serem garantidos aos estudantes.

Ângela Soligo – da ABEP - trouxe com muita propriedade, uma história de luta, não só relatando a história da Psicologia no Ensino Médio e todos os movimentos que simbolizam nossa resistência, mas também o trabalho de um grupo que vem atuando com este foco, construindo documentos e propostas que garantam e demonstrem a importância da Psicologia no Ensino Médio – os benefícios que podem representar se um ensino de Psicologia, com qualidade é desenvolvido.

Roberto Guido, falando em nome da APEOESP, fez sua contribuição com uma leitura sobre qual é a sociedade que tem sido construída. A partir de alguns artigos, descreveu o modelo neoliberal na Educação e que isso não é um movimento isolado - não é só na Educação - é uma questão conjuntural. Desta forma, defende a revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Fernanda Magano, do SinPsi, fez uma abordagem sob o ponto de vista sindical; descreveu e mostrou a importância de toda a luta que tem sido feita pelo projeto de lei 105/07, de autoria da Deputada Luíza Erundina, que trata da inclusão da Psicologia na educação, garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Marilene Proença, presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, por sua vez, fez o resgate da Psicologia Escolar no Brasil, com um olhar e uma forma de pensar a Psicologia de uma maneira colaboradora da Educação, com o objetivo de garantir a qualidade do ensino. Como bem demonstrou Marilene, a Psicologia não é uma área que se coloca à parte, que vai dar modelos, que vai normalizar ou dar matrizes para o funcionamento da Educação, mas de uma ciência e profissão que vai compor e atuar fortemente na direção de qualidade e garantia de direitos a todos, inclusive

de acesso aos fundamentos do conhecimento psicológico em benefício dos jovens estudantes do ensino médio.

Todo este trabalho deve resgatar em nós o compromisso com a tarefa de reorganização da própria Psicologia na definição de propostas e de formas de ação, tanto política, quanto de estruturação da categoria.

A despeito do momento atual, com greve dos professores - um momento difícil em que a Psicologia foi apartada desta história, com a retirada da disciplina de Psicologia do Ensino Médio - precisamos observar os movimentos que todos nós fizemos. Estamos aqui reunidos, numa parceria com a Educação, nos preparando para a Conferência Nacional de Educação, para a qual devemos levar nossas contribuições.

Trabalhamos para produzir o que chamamos de Ano da Educação no Sistema Conselhos de Psicologia, com a parceria e associações como a ABRAPEE, a ABEP e o SinPsi, levantando essa bandeira e levando uma série de propostas. Não podemos terminar de uma forma desanimada, porque é do nosso pulso e das nossas propostas que saem as mudanças. Nesta trajetória, conseguimos alguns avanços, algumas conquistas. Partimos de um movimento da visão de legislação, de articulação, que é um movimento político, de busca e de aglutinação, um movimento de reflexão, que vai aglutinar para que cheguemos a esta revisão.

É momento também para um trabalho interno entre os professores de Psicologia e psicólogos; verificamos que temos alguns indicadores para a Psicologia na Educação. Se alguns já foram construídos, o trabalho não acabou, pois as questões apontadas precisam ser retomadas a cada momento, porque a sociedade se transforma constantemente.

Nós da Psicologia sabemos que a questão é mais profunda, não é uma questão apenas do Ensino Médio; é o projeto da Educação brasileira como um todo que precisa ser feito. E a participação da Psicologia nesse contexto é fundamental.

Para isso, nós, como psicólogos, precisamos nos organizar cada vez mais, buscando trabalhar na construção de subsídios para o ensino de psicologia. E que os psicólogos também se organizem e se acreditem como profissionais da Educação. Isso é um trabalho para dentro da Psicologia, é fundamental

que se entenda isso para que esta realidade se transforme.

Algumas vezes parece que estamos falando em utopia, de algo que não se alcança, mas sem a utopia, sem a meta conjunta e sem uma organização do grupo, não há transformação.

Temos uma promessa aí colocada, em relação ao Projeto de Lei 060/2007, postulado pelo Senador Flávio Arns, com um encaminhamento favorável à proposta do psicólogo na Educação. Temos conseguido grandes avanços, mas a luta não acabou.

Em relação à Psicologia no Ensino Médio, é um movimento que depende da nossa organização, e isso temos feito.

No momento em que se elege o “Ensino de Psicologia no Ensino Médio” como tema de um Ano Temático da Educação, destacando-se como uma bandeira de luta, demonstramos que estamos nos organizando.

Vamos para a Conferência Nacional de Educação com propostas e teses definidas. A realidade é difícil, mas vamos concluir este momento de uma forma positiva, articulando, construindo, nessas duas direções: no movimento político, cada vez mais organizado, e de uma organização da própria Psicologia, acreditando nela como profissionais da Educação.



Conselho Regional
de Psicologia SP

realização



Conselho Regional
de Psicologia SP